



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 21/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário, visando à locação de ônibus executivo com motorista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2 As quantidades, valores e demais especificações dos objetos encontram-se delimitados no sub item 1.5 do Termo de Referência.

1.3 Para fins de classificação das propostas, levar-se-ão em conta os preços unitários e totais máximos definidos para o grupo licitado.

1.3.1 Cabe ressaltar que tais preços máximos servem como limite às Licitantes para a formulação das suas propostas, sob pena de desclassificação, não constituindo, entretanto, qualquer compromisso futuro, eis que o fornecimento do objeto somente restará concretizado com a futura contratação

1.3.2 A desclassificação de um ou mais de seus itens por preço excessivo, acarretará a desclassificação da proposta para todo o grupo/lote licitado.

1.4 Informações Gerais: Edital a disposição através do sítio: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> ou <http://www.coren-mt.gov.br/> ou pelo e-mail pregao@coren-mt.gov.br

1.4.1 Possíveis divergências entre as especificações contidas no comprasnet as empresas devem seguir as do edital e seus anexos.

1.5 AS ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS

As especificações dos objetos licitados deverão atender as descrições mínimas expostas na tabela abaixo.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

GRUPO 01							
ÓRGÃO GERENCIADOR: COREN-MT							
ITEM	CATSE R	DESCRIÇÃO	FORNECIMENTO	Pedido Mínimo	Pedido Máximo	Preço Unitário Estimado	Preço Total Estimado
01	25089	Locação de Ônibus por KM - Locação de Ônibus executivo com motorista uniformizado e celular, combustível, ar-condicionado, assento reclinável, cinto de segurança, banheiro, documentação em dia, seguro de cobertura integral sem franquia, incluindo danos a terceiros. Capacidade mínima para 46 pessoas sentadas e em plenas	KM	584	16.460	R\$ 11,67	R\$ 192.088,20

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

		condições de uso. O veículo deve dispor de banheiro e água gelada para os ocupantes. Com fabricação não anterior a 2020.					
02	25089	Locação de Ônibus por Diária com KM Livre - Locação de Ônibus executivo com motorista uniformizado e celular, combustível, ar-condicionado, assento reclinável, cinto de segurança, documentação em dia, seguro de cobertura integral sem franquia, incluindo danos a	Unidade e/ou Diária	1	26	R\$ 6.544,66	R\$ 170.161,16

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

		terceiros. Capacidade mínima para 46 pessoas sentadas e em plenas condições de uso. O veículo deve dispor de banheiro e água gelada para os ocupantes. Com fabricação não anterior a 2020. Diária com quilometrage m livre.					
Valor Estimado Global							R\$ 362.249,36
Não serão aceitas propostas com valores unitários superiores aos estimados para cada item, inclusive nos casos em que o julgamento ocorrer por lote.							

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

GRUPO 02							
ÓRGÃO PARTICIPANTE: COREN-MS							
ITEM	CATSE R	DESCRIÇÃO	FORNECI MENTO	Pedido Mínim o	Pedido Máxim o a	Preço Unitário Estimad o	Preço Total Estimado
03	25089	Locação de Ônibus por KM - Locação de Ônibus executivo com motorista uniformizado e celular, combustível, ar-condicionado, assento reclinável, cinto de segurança, banheiro, documentação em dia, seguro de cobertura integral sem franquia, incluindo danos a terceiros. Capacidade mínima para 46 pessoas sentadas e em	KM	1.000	3.000	R\$ 11,67	R\$ 35.010,00

Endereço:

Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:

www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

		plenas condições de uso. O veículo deve dispor de banheiro e água gelada para os ocupantes. Com fabricação não anterior a 2020.					
04	25089	Locação de Ônibus por Diária com KM Livre - Locação de Ônibus executivo com motorista uniformizado e celular, combustível, ar-condicionado, assento reclinável, cinto de segurança, documentação em dia, seguro de cobertura integral sem franquia, incluindo	Unidade e/ou Diária	1	6	R\$ 6.54 4,66	R\$ 39.267,96

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

		danos a terceiros. Capacidade mínima para 46 pessoas sentadas e em plenas condições de uso. O veículo deve dispor de banheiro e água gelada para os ocupantes. Com fabricação não anterior a 2020. Diária com quilometragem livre.					
Valor Estimado Global							R\$ 74.277,96
Não serão aceitas propostas com valores unitários superiores aos estimados para cada item, inclusive nos casos em que o julgamento ocorrer por lote.							

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O custo estimado global da contratação para o **COREN-MT** é de R\$ 362.249,36 (trezentos e sessenta e dois mil e duzentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

1.3.1 O custo estimado global da contratação para o **COREN-MS** é de R\$ 74.277,96 (setenta e quatro mil e duzentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.3.2 Totalizando o valor global dos dois grupos de R\$ 436.527,32 (quatrocentos e trinta e seis mil e quinhentos e vinte e sete reais e trinta e dois centavos).

1.4 Os códigos e descrições do “CATMAT”, constantes do “SIASG”, citados pelo “Comprasnet” podem eventualmente divergir da descrição dos itens quanto às especificações e outras características. Havendo divergências quanto ao código/descrição CATMAT, valem as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso – Coren-MT integra o Sistema Cofen/Conselhos Regionais, criado pela Lei nº 5.905/1973, e se constitui em autarquia federal responsável pela normatização, fiscalização e valorização da profissão de Enfermagem.

2.2 Conforme descrito no MEMORANDO COREN-MT nº 337/2025/CONTADORIA, há previsão orçamentária no PCA/2025 para a Ação 1009 – Encontros dos RT's de Mato Grosso, ainda que contingenciada, ficando sua execução condicionada à liberação pelo Cofen e ao respectivo descontingenciamento. Em relação ao Projeto Seminário Institucional Centro-Oeste, não há previsão no PCA/2025, sendo necessária a reformulação orçamentária para viabilizar sua realização.

2.3 Referidos eventos destinam-se à participação em atividades de abrangência nacional e regional promovidas pelo Sistema Cofen/Corens.

2.4 A locação de ônibus objeto deste Termo de Referência atenderá às necessidades de deslocamento do Coren-MT para participação em eventos, reuniões, fiscalizações e demais atividades institucionais, em todo o Estado e, quando necessário, em território nacional.

2.5 O art. 6º, XXIII, “c”, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que a solução deve considerar o ciclo de vida do objeto, abrangendo desenvolvimento, insumos, processo produtivo, consumo e disposição final. Assim, a análise da contratação não deve se limitar ao uso imediato, mas também aos impactos relacionados à sustentabilidade, à duração do consumo e à destinação final.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

2.6 Considerando a necessidade de eficiência do gasto público, celeridade processual, ampla concorrência e efetividade da Administração, a solução mais adequada para esta demanda é a adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, que garante flexibilidade, economia e planejamento.

2.7 O uso do SRP confere maior agilidade e racionalidade na contratação, permitindo ajustes conforme a necessidade do Coren-MT e a disponibilidade financeira. A licitação será estruturada em **02 (dois) grupos/lotos**, sendo 01 (um) destinado ao órgão gerenciador (**COREN-MT**) e, em caso de adesão, o 02 (dois) ao órgão participante (**COREN-MS**).

2.8 A formação de grupos de itens mostra-se técnica e economicamente viável, não restringe a competitividade e assegura maior eficiência na gestão contratual, em conformidade com o art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

2.9 A divisão do objeto em itens isolados não traria ganho econômico nem ampliaria a competitividade, podendo gerar perda de economia de escala e maior fragmentação da gestão.

2.10 O não parcelamento do objeto justifica-se pela inviabilidade técnica e econômica, que resultaria em aumento de custos e perda de eficiência administrativa.

2.11 A opção por grupos/lotos também busca evitar itens desertos ou fracassados, garantindo economia de escala e redução de custos administrativos na gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços.

2.12 O critério utilizado para a formação dos grupos foi o tipo de serviço comum no mercado (locação de ônibus com motorista), de forma a assegurar a competitividade entre os fornecedores habilitados.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DO ORGÃO PARTICIPANTE - COREN-MS

2.13 Justifica-se a necessidade de contratação, pois é de interesse deste Regional a locação de ônibus para participar no Evento a ser promovido pelo Cofen, o Seminário Administrativo Institucional do Centro Oeste previsto para dezembro de 2025 na cidade de Caldas Novas/GO, outro sim, é que este Conselho pretende, futuramente realizar seus próprios seminários administrativos dentro do Estado do MS podendo utilizar a locação de ônibus para levar seus colaboradores, conselheiros e funcionários até o evento pretendido e para concluir, também poderá utilizar a contratação para deslocar a sua delegação para diversos Eventos, como por exemplo, do porte de um CBCEnf que acontece em outros Estados.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 As especificações do objeto constantes deste Termo de Referência são suficientes à escolha do futuro contratado, não havendo determinação de marca ou modelo específico, de forma a não restringir a competitividade do certame.

4.2 Os veículos deverão atender, no mínimo, às descrições e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, podendo apresentar características superiores, desde que não impliquem em aumento de custos para a Administração.

4.3 Os ônibus deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e manutenção, devidamente abastecidos, limpos (internamente e externamente) e com toda a documentação legal obrigatória.

4.4 O abastecimento, bem como todos os custos decorrentes de combustível, manutenção, seguros, taxas e impostos, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

4.5 A CONTRATADA será responsável por todas as despesas decorrentes de multas de trânsito, taxas, impostos ou quaisquer outras exigidas pela legislação vigente.

4.6 Os veículos deverão possuir seguro de proteção total, abrangendo roubo, furto, colisão, incêndio, além de cobertura contra danos materiais e pessoais a terceiros.

4.7 A CONTRATADA deverá manter a documentação do veículo devidamente regularizada, bem como garantir a validade e o bom funcionamento dos ônibus obrigatórios exigidos em lei.

4.8 A manutenção preventiva e corretiva dos veículos deverá estar rigorosamente em dia, conforme recomendações do fabricante e normas legais aplicáveis.

4.9 Finalizada cada prestação de serviço, o veículo retornará automaticamente à posse da CONTRATADA, não sendo necessária vistoria de devolução, uma vez que a posse permanente do bem é da empresa fornecedora, mesmo quando em uso pelo Coren-MT.

4.10 Locações por diária (item 02 COREN-MT) e (item 04 COREN-MS):

4.10.1 A diária compreenderá o período de até 12 (doze) horas;

4.10.2 Haverá tolerância de até 30 (trinta) minutos sem cobrança adicional;

Endereço:

Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:

www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

- 4.10.3 Ultrapassada a tolerância, o fornecedor poderá cobrar: fração de $\frac{1}{2}$ (meia) diária, quando o tempo excedente for superior a 30 minutos até 6 horas;
- 4.10.4 1 (uma) diária integral, quando o tempo excedente for superior a 6 horas e até o limite de 12 horas.
- 4.10.5 Nas locações por diária, a quilometragem será livre.
- 4.11 A CONTRATADA deverá apresentar seguro coletivo para passageiros, válido durante toda a execução do serviço.
- 4.12 Em caso de pane ou avaria que impossibilite a continuidade da viagem, a CONTRATADA deverá garantir a segurança e integridade física dos passageiros, providenciando a substituição imediata do veículo ou, se necessário, o retorno em segurança ao destino ou à origem.
- 4.13 O fornecedor deverá apresentar declaração formal de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços, conforme modelo constante em anexo ao edital.
- 4.14 A CONTRATANTE indicará, em cada ordem de execução, os locais de origem, destino, paradas e horários da viagem. As despesas com estadia, alimentação e retorno do motorista ao local de origem serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
- 4.15 O cálculo da quilometragem, para fins de emissão das ordens de execução e conferência, poderá ser realizado por meio do Google Maps ou outras ferramentas de geolocalização equivalentes.
- 4.16 O tempo de viagem será contabilizado considerando os deslocamentos e as paradas do veículo. Em percursos que excedam 12 (doze) horas, caberá à CONTRATADA providenciar motorista substituto, em conformidade com a legislação vigente sobre jornada de trabalho.

Subcontratação

- 4.17 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.18 Não será exigida garantia contratual, considerando a natureza do objeto (locação de ônibus com motorista), que envolve prestação de serviço de execução imediata e diretamente verificável, conforme faculdade prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.19 Permanecem, entretanto, obrigatórias as exigências de seguro total dos veículos e seguro coletivo para os passageiros, além do cumprimento integral de todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e no edital.

Endereço:

Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:

www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

5. RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

5.1 Em conformidade com o disposto nos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015, será realizada a reserva de cota de até **25% (vinte e cinco por cento)** do objeto para participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), aplicável aos itens 3 e 4 deste Termo de Referência, desde que tecnicamente viável.

5.2 Caso não haja vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que aceitem praticar o preço ofertado pelo primeiro colocado da cota principal.

5.3 Se a mesma empresa for vencedora tanto da cota reservada quanto da cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.

5.4 Será dada prioridade de contratação às propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte nas cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada se mostrar inadequada para atender às quantidades ou condições do pedido, conforme decisão fundamentada da Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto nº 8.538/2015.

Justificativa pela não adoção da margem de preferência

5.5 Nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá estabelecer margens de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras ou que decorram de inovação tecnológica. Todavia, para a presente contratação, a aplicação da margem de preferência mostrou-se **inviável e inadequada**, uma vez que:

- **Natureza do objeto** – não se trata de fornecimento de bens manufaturados ou serviços padronizados passíveis de comparação com produtos estrangeiros. O serviço é prestado exclusivamente por empresas nacionais de transporte, o que torna a margem de preferência inócua.
- **Inexistência de regulamento específico** – apesar do decreto prever a possibilidade, não há norma técnica, ato complementar ou portaria que estabeleça percentuais de margem de preferência aplicáveis ao serviço de locação de veículos de transporte coletivo de passageiros.
- **Complexidade de fracionamento** – o objeto foi estruturado em **grupos/lotes** para assegurar economia de escala e gestão eficiente. A tentativa de fracionar

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

artificialmente para aplicação da margem poderia **aumentar custos administrativos**, reduzir a competitividade e até comprometer a viabilidade da contratação.

- **Medidas já adotadas para favorecer pequenos negócios** – a Administração aplicou a **reserva de cota de 25% para ME/EPP** (arts. 48 e 49 da LC 123/2006), garantindo tratamento diferenciado e estímulo ao desenvolvimento regional.

5.6 Assim, a não adoção da margem de preferência encontra-se fundamentada na **inexistência de regulamentação aplicável ao objeto** e na **necessidade de garantir ampla competitividade, eficiência administrativa e economicidade** ao certame.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1 O fiscal/gestor da Ata designado pelo Coren-MT fará a comunicação formal à empresa registrada, informando a necessidade de utilização do serviço descrito na Tabela 1.1 – Descrição do Objeto.

6.2 O fornecedor deverá responder à solicitação, apresentando as opções de traslado e horários compatíveis com a demanda indicada pelo Coren-MT. A Assessoria Especial da Presidência do Coren-MT confirmará, junto ao fornecedor, a data e o horário de início do trajeto.

6.3 A solicitação de serviços será formalizada por meio de **Ordem de Execução (OE)** ou documento equivalente, expedido pelo Coren-MT.

6.4 A OE será enviada por meio eletrônico (e-mail) e conterá todas as informações necessárias para a execução, incluindo cidade de origem e destino, data, horário e locais de saída e chegada.

6.5 O serviço deverá ser prestado de acordo com as especificações constantes da OE e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.6 A execução do serviço terá início com a apresentação do veículo e do motorista no local e horário previamente definidos pela Contratante na OE.

7. DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REJUSTE

7.1 Ata de Registro de Preços terá vigência por um período de **doze (12) meses**, contados a partir da assinatura da Ata, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021 e poderá ser prorrogado por igual período.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

7.1.1 A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

7.2 Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, fica determinado que haverá a renovação do quantitativo inicialmente registrado, conforme entendimento exposto no Parecer 453/2024 da Advocacia-Geral da União.

7.3 No caso de o índice ficar negativo o valor do próximo período ficará inalterado.

8. MODELO DE GESTÃO DA ATA

8.1 A Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 As comunicações entre o órgão e a Licitante registrada na Ata devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim

Fiscalização

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), designados pela PORTARIA nomeada pela autoridade competente deste Conselho.

8.4 Os fiscais da Ata de Registro de Preços terão autoridade para:

8.4.1 Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;

8.4.2 Rejeitar todo e qualquer serviço ou material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local da execução dos serviços;

8.4.3 Verificar a conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

8.5 Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos.

8.6 A existência desse acompanhamento não exime o Fornecedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatados.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

Gestor do Contrato

8.7 Cabe ao gestor do contrato

8.7.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.7.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.7.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.7.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.7.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.7.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.7.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Endereço:

**Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT**

Saiba mais sobre o Conselho:

www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

PREPOSTO

8.8 A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **preposto formalmente indicado e aceito pela Fiscalização**, para representá-la administrativa e operacionalmente sempre que necessário.

8.9 O preposto deverá ser indicado por meio de declaração da empresa, contendo: nome completo, CPF, telefone, e-mail, cargo/função exercida na Contratada e demais dados que comprovem sua qualificação para o exercício da função.

8.10 A CONTRATANTE poderá recusar, de forma justificada, a indicação ou a manutenção do preposto, hipótese em que a CONTRATADA deverá designar outro representante no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**.

9. DA GARANTIA

9.1 O Fornecedor deverá garantir a qualidade dos serviços prestados e dos materiais fornecidos, responsabilizando-se integralmente pela substituição ou correção daqueles que apresentarem qualquer deficiência, defeito, avaria ou não conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Proporcionar todas as condições necessárias para que o Fornecedor possa desempenhar os serviços em conformidade com as determinações deste Termo de Referência.

10.2 Encaminhar ao Fornecedor os serviços a serem executados, detalhando-os e fornecendo todas as informações necessárias à execução das tarefas, mediante a expedição de Ordem de Execução.

10.3 Fornecer informações e esclarecimentos adicionais que venham a ser solicitados pelo representante do Fornecedor.

10.4 Exercer a fiscalização dos serviços por meio de pessoas especialmente designadas para esse fim.

10.5 Solicitar a substituição ou correção de serviços prestados de forma inadequada ou que não atendam às especificações do objeto constantes neste Termo de Referência.

10.6 Notificar o Fornecedor, por escrito, acerca de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, estabelecendo prazo para sua correção.

10.7 Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados fora das especificações ou com problemas que comprometam sua conformidade.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

10.8 Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos objetos ou serviços entregues, nos prazos e condições estabelecidos.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1 Manter, durante o período de fornecimento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2 Designar, por escrito, Preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução dos objetos que compõem este Termo de Referência.

11.3 Informar ao Coren-MT, sempre que houver alteração, do nome, do endereço e do telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.

11.4 Executar todo o serviço no prazo e nas condições conforme consta neste Termo de Referência.

11.5 O Fornecedor deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:

- 11.5.1 Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta locação;
- 11.5.2 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-MT;
- 11.5.3 Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante o período de entrega e fornecimento do objeto, ainda que acontecido nas dependências do Coren-MT;
- 11.5.4 Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato;
- 11.5.5 Custos da mão de obra, dos materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços, inclusive quando houver necessidade de reposição ou substituição;
- 11.5.6 Transporte interno e externo de todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços.

11.6 O Fornecedor deverá assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços, bem como, por todos os ônus, licenças, alvarás e outras despesas concernentes

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

à execução dos serviços, inclusive seguros contra acidentes, como também por todo e qualquer dano e prejuízo, pessoal e material, causado ao Coren-MT ou a terceiros na execução do contrato.

11.7 Reparar, corrigir ou substituir imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preço, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados/disponibilizados.

11.8 **Os fornecimentos deverão ser realizados de acordo com as demandas.**

12. DA UTILIZAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

12.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços decorrente desta Licitação, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Municipal, Distrital ou Estadual que não tenha participado deste certame licitatório, mediante anuência do Coren-MT.

12.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Coren-MT para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.3 A manifestação do Coren-MT de que trata o item 12.2 acima fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade da utilização da Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

12.4 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Coren-MT e demais órgãos participantes.

12.5 As aquisições ou contratações adicionais por meio de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a cinquenta por cento (50%) dos quantitativos de cada item deste Edital, devidamente registrados na Ata de Registro de Preços para o Coren-MT e demais órgãos participantes conforme estabelece o § 4º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

12.6 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o Coren-

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

MT e demais órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.7 Após a autorização do Coren-MT, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa (90) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

12.8 Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Coren-MT.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a conduta prevista no item 14 do Edital SRP nº 90.008/2025.

14. CRITERIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Entrega

14.1 Os ônibus serão entregues conforme as ordens de serviço emitidas, indicando os locais de origem, destino, paradas e horários das viagens.

14.2 A prestação dos serviços deverá ocorrer **sem qualquer falha ou atraso**, sendo obrigatório o cumprimento integral dos prazos e condições estabelecidos nas ordens de serviço. Apenas situações de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, poderão justificar eventual atraso, devendo a empresa comunicar as razões com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Recebimento

14.3 O recebimento dos ônibus estará condicionado à verificação do cumprimento de todos os requisitos obrigatórios, incluindo, mas não se limitando a:

- 14.3.1 Documentação regular do veículo (CRLV, seguro obrigatório, inspeção veicular);
- 14.3.2 Condições de conservação e limpeza;
- 14.3.3 Água gelada;

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

- 14.3.4 Equipamentos de segurança obrigatórios (extintor, kit de primeiros socorros, cintos de segurança, etc.);
- 14.3.5 Conforto e acessibilidade (ar-condicionado, rampas ou elevadores para PCD, assentos em bom estado, etc.);
- 14.3.6 Sistema de comunicação e rastreamento, quando exigido;
- 14.3.7 Outras especificações técnicas previstas neste Termo de Referência

Liquidação

14.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

14.5 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 14.6.1 o prazo do vencimento;
- 14.6.2 a data da emissão;
- 14.6.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 14.6.4 o período respectivo de execução;
- 14.6.5 o valor a pagar; e
- 14.6.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

14.8 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

14.9.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

14.9.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

14.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.12 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

14.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

14.14 O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

14.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)* de correção monetária.

Forma de Pagamento

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

14.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

14.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem

14.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.19 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.20. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

14.21 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do orçamento estimado constante dos autos do processo licitatório, conforme previsto no §1º do art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

14.22 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.23 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.24 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.25 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.26 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

14.27 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.28 O reajuste será realizado por apostilamento.

14.29 As condições de pagamento para a contratação dos serviços de locação de veículos automotores pelo Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso (Coren-MT) serão realizadas mediante apresentação de boletos bancários enviados eletronicamente. As vias originais dos boletos deverão ser encaminhadas posteriormente à sede do Coren-MT para fins de controle contábil e arquivamento.

14.30 Em caso de infrações de trânsito, os comprovantes de pagamento de multas deverão ser encaminhados pela contratada no **prazo máximo de 10 dias úteis** após a quitação, a fim de garantir a transparência e a correta responsabilização pela condução dos veículos.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critérios de julgamento da proposta

15.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade Pregão, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

15.2 O fornecimento do objeto será de forma parcelada, de acordo com a demanda.

Critérios de aceitabilidade de preço

15.2 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos.

15.2.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

15.3 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

Habilitação jurídica

15.4 **empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.6 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

15.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.10 **sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Endereço:

Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:

www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

- 15.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas conforme o caso;
- 15.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 15.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 15.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 15.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 15.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 15.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 15.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

Qualificação Econômico-Financeira

15.20 Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar capacidade econômico-financeira suficiente para a execução do contrato, mediante apresentação dos documentos e índices abaixo:

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

Certidões de Regularidade

15.21 Certidão negativa de insolvência civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, no caso de pessoa física, quando admitida a sua participação, ou de sociedade simples (art. 5º, II, alínea “c”, IN Seges/ME nº 116/2021).

15.22 Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133/2021, art. 69, II).

Demonstrações Contábeis e Indicadores

15.23 Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, comprovando, para cada exercício, índices de:

15.23.1 **Liquidez Geral (LG)** = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

15.23.2 **Liquidez Corrente (LC)** = $\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$

15.23.3 **Solvência Geral (SG)** = $(\text{Ativo Total} \div \text{Passivo Total})$

15.24 Os índices mínimos exigidos são: **LG ≥ 0,8; LC ≥ 0,8; SG ≥ 0,8**. Caso algum índice seja inferior a esse valor, será exigido **patrimônio líquido mínimo equivalente a 2% a 5% do valor estimado da contratação**, a ser definido no edital.

Observações sobre períodos de existência da empresa:

15.25 Empresas constituídas há menos de dois anos deverão apresentar documentos contábeis referentes ao período de existência, podendo incluir o **balanço de abertura**.

15.26 Nesse caso, será considerado o último exercício disponível para cálculo dos índices.

Conformidade contábil

15.27 Os documentos deverão ser transmitidos conforme o limite definido pela Receita Federal do Brasil para a Escrituração Contábil Digital (ECD), quando aplicável.

15.28 O não atendimento às exigências contábeis ou índices mínimos implicará a **inabilitação do licitante**.

Qualificação Técnica

Endereço:

Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:

www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

15.29 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, quando aplicável, em plena validade.

15.29.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência mediante apresentação, no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

15.29.2 **Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares**, de complexidade operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio de apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

15.30 Para fins de comprovação técnica, os atestados deverão referir-se a contratos executados com as seguintes características mínimas:

15.30.1 Prestação de serviço de locação de ônibus, com frota compatível com a quantidade e tipo de veículos exigidos neste Termo de Referência;

15.30.2 Fornecimento de motoristas habilitados e capacitados, com experiência em transporte coletivo ou similar;

15.30.3 Execução de serviço contínuo ou por períodos prolongados, comprovando regularidade, pontualidade e manutenção da frota.

15.31 **Somatório de contratos:** poderão ser apresentados diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante, para atender ao quantitativo mínimo exigido.

15.32 **Matriz ou filial:** os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou de qualquer filial do fornecedor.

15.33 **Comprovação documental:** o fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da legitimidade dos atestados, incluindo, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço do contratante e local de execução do serviço, entre outros documentos.

15.34 **Prova de atendimento a requisitos legais:** o fornecedor deverá comprovar cumprimento da legislação aplicável ao transporte de passageiros, incluindo segurança veicular, acessibilidade, documentação obrigatória e normas trabalhistas vigentes.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

Justificativa da Exigência

15.35 A solicitação da Qualificação Técnico-Financeira tem como objetivo assegurar que os licitantes possuam:

15.35.1 Capacidade econômico-financeira para manter a frota, motoristas, combustível e despesas operacionais, sem comprometer a regularidade do serviço.

15.35.2 Experiência e infraestrutura adequadas para a execução contínua e segura do serviço de transporte coletivo.

15.35.3 Conformidade legal e técnica, reduzindo riscos de interrupção, falhas ou descumprimento de ordens de serviço.

15.36 Dessa forma, a exigência garante a execução adequada, segura e eficiente do contrato, protegendo a Administração e os usuários dos serviços.

Disposições gerais sobre habilitação

15.37 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.38 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.39 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

15.40 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

15.41 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações

16.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

16.1.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

16.1.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

16.2 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável é de **R\$ 362.249,36 (trezentos e sessenta e dois mil e duzentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos no item 1.1 acima.

16.2.1 O custo estimado total da locação de ônibus para o órgão participante (), que corresponde ao valor máximo aceitável é de **R\$ ()**

16.3 Justificativa do preço:

16.3.1 A justificativa para o preço estabelecido para locação dos ônibus para o Coren-MT baseia-se na análise de mercado e na necessidade de garantir a eficiência operacional e a continuidade das atividades institucionais. A escolha da modalidade de pregão eletrônico, conforme o art. 28 da Lei nº 14.133/2021, e o critério de julgamento

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

pelo menor preço, conforme o art. 33, inciso I, da mesma lei, asseguram a obtenção da proposta mais vantajosa e a promoção da ampla competitividade e economicidade.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

17.1 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura da Ata de Registro de Preço.

18. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1 A extinção do Registro de Preços para a locação de ônibus, conforme delineado nos documentos, segue as normas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

18.2 A duração inicial da Ata de Registro de Preços é de um ano, com possibilidade de prorrogação por igual período, desde que seja comprovado o preço vantajoso para a administração. Este procedimento está em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que permite a prorrogação da vigência da ata quando houver interesse da administração e vantagem demonstrada.

18.3 Além disso, a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, estabelecem que o parcelamento é a regra quando possível, para permitir a ampla competitividade e eficiência. Isso é refletido na estratégia de aquisição adotada pelo COREN-MT, que utiliza o Registro de Preços para atender às demandas conforme surgem, evitando desperdícios e otimizando os recursos públicos.

18.4 Portanto, a extinção da Ata de Registro de Preço ocorrerá ao final do período estipulado, a menos que seja prorrogado, e deve seguir os procedimentos de finalização conforme estabelecido pela legislação vigente, garantindo a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

19. DOS CASOS OMISSOS

19.1 Nos casos omissos da Ata de Registro de Preço para locação dos ônibus pelo COREN-MT, as obrigações da contratada devem ser robustamente delineadas para garantir a conformidade e eficácia da execução contratual, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/21. As obrigações específicas incluem:

20. ALTERAÇÕES

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

20.1 As alterações contratuais devem ser promovidas de acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos. Segundo o Art. 124 da Lei, os contratos podem ser alterados unilateralmente pela Administração ou por acordo entre as partes, com as devidas justificativas. As alterações unilaterais podem ocorrer quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica, ou quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei.

20.2 Por acordo entre as partes, as alterações podem ser feitas quando conveniente a substituição da garantia de execução, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, ou quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantendo o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

20.3 Além disso, é possível restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

20.4 A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

20.5 Essas normas garantem que as alterações contratuais sejam conduzidas de maneira transparente e justificada, respeitando os limites legais e os interesses das partes envolvidas, assegurando a continuidade e a eficácia da execução contratual no âmbito da Administração Pública.

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Cláusulas Abusivas

21.1 O setor requisitante certifica, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao art. 9º, da Lei nº 14.133/2021, que as especificações técnicas previstas no Termo de

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

**Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975**

Referência não contém cláusulas excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

22. Lei de Acesso à Informação

22.1 Não houve necessidade de classificar as informações contidas neste Termo de Referência como ultrassecretas, secretas ou reservadas, nos termos do art. 24 da Lei nº 12.527/2011.

22.2 O presente documento segue assinado pela equipe de planejamento e pela autoridade responsável pela aprovação do Termo de Referência, com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e no art. 30 da IN n. 05/2017-MPDG.

Cuiabá-MT, 15 de setembro de 2025

Elaborado por:

Elemarcia Paiva Moreira Rezer

Mat. N. 023/1999

Responsável do Setor de Licitação e Compras

Requisitante:

Keven Vieira Jordão

Assessor de Comunicação

Coren-MT

Aprovo o Termo de Referência, conforme proposto e de acordo com a Lei de Licitações e Contratos n.º 14.133/2021.

Endereço:

Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:

www.coren-mt.gov.br / @corenmt





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

**Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975**

Bruna Karoline de Almeida Santiago

Coren-MT n.º 442453-ENF

Presidente do Coren-MT

Endereço:
Rua dos Lírios, nº 363 Bairro Jardim Cuiabá
CEP 78.043-122 Cuiabá - MT

Saiba mais sobre o Conselho:
www.coren-mt.gov.br / @corenmt

